



ESTADO DO PARÁ
Conselho de Contas dos Municípios

R E S O L U Ç Ã O N º 027/83

O Plenário do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sessão de 21 de junho de 1983,

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica deste Conselho de Contas nada dispõe sobre o registro de Bens ou Valores pertencentes às autoridades públicas que estão obrigadas a prestá-las;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Decreto Lei nº 20 de 18.06.69), é subsidiária da Lei Orgânica deste Conselho de Contas;

CONSIDERANDO que referida Lei, em seus artigos 69 e 70 disciplinam a matéria, relacionando as autoridades que estão obrigadas à Declaração de Bens, mas cuja competência para recebê-las passou a este Conselho; de

R E S O L V E:

1. O Conselho de Contas manterá, na sua Secretaria, livro especial para o registro dos valores ou bens pertencentes às seguintes pessoas:

1.1. Dos Conselheiros e ocupantes de cargos em comissão ou chefia de Conselho de Contas;

1.2. Dos Prefeitos e Secretários de todas as Secretarias Municipais;

1.3. Dos Vice-Prefeitos e Vereadores de todos os Municípios;



ESTADO DO PARÁ
Conselho de Contas dos Municípios

- 2 -

R E S O L U Ç Ã O N º 027/83

- 1.4. De todos os funcionários dos Órgãos dos poderes dos Municípios, que exerçam cargos em comissão ou de chefia ou que lidarem com dinheiro ou bens públicos, ou que forem obrigados por Lei;
- 1.5. Dos responsáveis por bens, dinheiro ou valores públicos nas autarquias e nas sociedades de economia mista que o Município seja acionista majoritário;
2. O Registro será compulsório e instruído com a declaração firmada de próprio punho e apresentada à autoridade competente, no ato de posse, sem o que esta não poderá ser efetivada.
3. A autoridade referida no item anterior fica obrigada a remeter a declaração de bens ao Conselho de Contas no prazo de 30 dias, contados da data da posse do declarante, sob pena de multa, até cinquenta por cento de seus vencimentos, aplicada pelo Conselho.
4. As Declarações de Bens abrangerão os bens do casal e compreenderão:
 - 4.1. Bens móveis e imóveis, com a sua identificação, relacionados sempre pelo valor real e estimativo;
 - 4.2. Títulos da dívida pública e particular, ações, apólices de companhias e sociedades em geral;
 - 4.3. Depósitos em estabelecimentos de créditos;
 - 4.4. Semoventes;



ESTADO DO PARÁ
Conselho de Contas dos Municípios

- 3 -

R E S O L U Ç Ã O N º 027/83


4.5. Quaisquer outros, a critério do declarante;

5. Os interessados serão obrigados a comunicar anualmente, até o dia 10 (dez) de maio, as variações patrimoniais, para averbação, remetendo ao Conselho de Contas, até o prazo estabelecido, a cópia autenticada da Declaração de Rendimentos feita ao Fisco Federal ou Declaração do próprio punho.

6. A Declaração fraudulenta ou a omissão dolosa de bens, bem como a transgressão a qualquer um dos itens anteriores, será punida na forma da legislação específica.

7. Conceder o prazo de 30 (trinta) de julho do corrente ano para apresentação das declarações de bens ao Conselho daqueles que estão obrigados a prestá-las e que ainda não o fizeram no presente exercício.

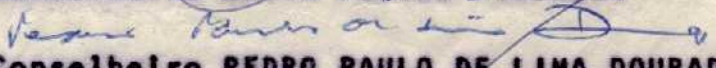
Sala das sessões do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 21 de junho de 1983.


Conselheiro IRIVALDYR WALDNER MORAES DA ROCHA
Vice-Presidente no exercício da
Presidência

Conselheiro HAROLDO JULIANO DA GAMA


Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES


Conselheiro LECYR PONTES RIODEZ


Conselheiro PEDRO PAULO DE LIMA DOURADO